



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO: limites e possibilidades na atuação profissional dos(as) assistentes sociais

CONTEMPORARY TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF WORK: limits and  
possibilities in the professional performance of social workers

Lívia Kelly da Silva<sup>1</sup>  
Leila Maria Passos de Souza Bezerra<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo consiste em recorte de Trabalho de Conclusão de Curso, no qual se discutiu as mutações do mundo do trabalho, no sistema capitalista, com vistas a analisar seus desdobramentos e inflexões na práxis profissional do assistente social, na condição de trabalhador(a) assalariado(a) inserido na divisão sociotécnica do trabalho. Essa reflexão crítica foi construída a partir de uma revisão bibliográfica e literária com vistas a abordar sobre a implementação dos processos de reestruturação produtiva e de acumulação flexível, que alteram, significativamente, as relações de produção e de trabalho na contemporaneidade, com implicações negativas sobre a classe trabalhadora, com foco na precarização e informalização do trabalho. Importa salientar o papel das medidas neoliberais, em curso na vida brasileira, sobretudo, a partir da década de 1990, a implicar em perdas de direitos sociais e trabalhistas, que atravessam e afetam a atuação de assistentes sociais, dada a sua condição de trabalhadores assalariados.

**Palavras-Chaves:** Mundo do trabalho. Serviço Social. Prática profissional.

#### ABSTRACT

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (MASS/UECE).

<sup>2</sup> Prof.ª Dra. em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

This article consists of an excerpt from the Course Completion Work, in which the changes in the world of work were discussed, in the capitalist system, with a view to analyzing its developments and inflections in the professional praxis of the social worker, as a worker. wage earner inserted in the socio-technical division of labor. This critical reflection was built from a bibliographic and literary review with a view to addressing the implementation of the processes of productive restructuring and flexible accumulation, which significantly alter the relations of production and work in contemporary times, with negative implications on the working class, with a focus on precarious and informal work. It is important to highlight the role of neoliberal measures, which are underway in Brazilian life, especially since the 1990s, to imply the loss of social and labor rights, which cross and affect the work of social workers, given their condition as wage workers.

**Keywords:** World of work. Social Service. Professional practice.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda “achados” de nossa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Serviço Social<sup>3</sup>. Objetivamos, assim, refletir acerca das configurações do mundo do trabalho na contemporaneidade, no fazer profissional dos(as) assistentes sociais, tendo por base a implementação de medidas neoliberais que entraram em curso, sobretudo, a partir da década de 1990, com impactos diretos nas relações e condições de trabalho no sistema capitalista e em suas particularidades na vida brasileiras.

Jessé Souza (2017) nos auxilia a respeito da configuração da sociedade brasileira contemporânea, uma vez que nos instiga a pensar sua formação sócio-histórica, sobretudo, sua estruturação fundada na escravidão da população negra. Ao tratar sobre os conflitos sociopolíticos que permeiam a constituição de um Brasil “moderno”<sup>4</sup>, o autor ressalta que, embora esse modelo pareça algo restrito ao seu “passado” recente, as dinâmicas de hierarquização das relações sociais, de autoritarismo e de racismo(s)

---

<sup>3</sup> Intitulado TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: VERSÕES E REFLEXÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS BOM JARDIM E CANINDEZINHO.

<sup>4</sup> O autor se utiliza deste termo para explicitar a tentativa de integração do país ao mercado internacional – que se caracteriza a partir de sua competitividade - na medida em que se distancia da realidade a qual pertence, de dependência econômica.

perduram em nosso cotidiano, passíveis de assumirem outras roupagens nestes anos 2000.

A perspectiva de Iamamoto (2013) fortalece nossa reflexão ao salientar que as desigualdades sociais constituídas ao longo da formação social brasileira e adensadas na contemporaneidade só podem ser compreendidas a partir da apreensão da realidade social em sua relação com as matrizes históricas que permeiam o cotidiano. Esta autora chama nossa atenção para o fato destas desigualdades sociais se acentuarem face à contraditória e frágil atuação estatal, ora sob a regência do projeto político-cultural e transnacional neoliberal. Nestes moldes, por um lado, o aparato estatal disponibiliza pouco e decrescente orçamento público para as políticas sociais na lógica de prestação de serviços sociais focalizados na pobreza<sup>5</sup>, atendendo cada vez mais precária e seletivamente a interesses da classe trabalhadora. Por outro ângulo, atua fortemente nas tentativas de “sanar” os desdobramentos da crise estrutural do capital e satisfazer aos interesses da classe capitalista, de maneira a garantir os processos de produção e reprodução do sistema sociometabólico do capital neste século XXI.

Ao analisar as tessituras da sociedade moderna para além da dimensão econômica, a reconhecer, portanto, suas imbricações com as dinâmicas político culturais e a constituição das classes e grupos sociais brasileiros, Souza (2017) evidencia que as desigualdades sociais, nos marcos do nosso capitalismo periférico e dependente, exigem reconhecer o abandono social histórico das classes trabalhadoras e, dentre estas, da população negra, em situação de pobreza pluridimensional e circunscrita às zonas urbanas construídas como “margens”. Em sua reflexão crítica, Souza (2017) enfoca que o acesso – ou não – destas classes e grupos sociais ao capital econômico se entrecruza com o acesso – ou não – ao capital social e ao capital político, a operarem neste processo reiterado da reprodução das relações hierárquicas e de desigualdades sociais (im)postas às classes trabalhadoras. Em consonância, têm implicado ainda em dinâmicas de segregação e de estigmatizações socioterritoriais destas populações em

---

<sup>5</sup> Os desvios do orçamento destinado à Seguridade Social para o pagamento da dívida pública, fortalece a política macroeconômica. Este processo conta com a participação direta do Estado, na medida em que é ampliada a interferência desse aparato no setor econômico. As políticas e os serviços sociais são fundamentados por ações focalizadas e que visam somente a gestão da pobreza, uma vez que combater e erradicá-la não condiz com os parâmetros de regulação do capital (BEHRING, 2013).

situação de pobreza (BEZERRA, 2011). Fenômeno que atinge diretamente a classe trabalhadora, via precarização e flexibilização das relações de trabalho, bem como, diminuição no campo dos direitos sociais já conquistados ou sequer reconhecidos no campo jurídico-político, a configurar uma precarização da existência, no dizer de Antunes e Alves (2004).

Ressaltamos que a classe trabalhadora assume, na contemporaneidade, nova configuração. Se apresenta de maneira heterogênea, ampliada e complexa, a incorporar o conjunto de trabalhadores/as que se inserem na divisão social e técnica do trabalho coletivo, desenvolvendo múltiplas funções, sendo compreendida para além da classe que vende a sua força de trabalho em troca de um salário – os assalariados. Portanto, o desenho da classe trabalhadora atual comporta “[...] a totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados (ANTUNES, 2020, p. 95). Ainda segundo Antunes, se pode falar de uma dualização da classe trabalhadora contemporânea, a considerar:

[...] De um lado, em escala minoritária, o trabalhador *polivalente e multifuncional* da era internacional-digital, capaz de exercitar sua dimensão mais intelectual com maior intensidade. De outro, uma massa de trabalhadores precarizados, terceirizados, flexibilizados, informalizados, cada vez mais próximos do desemprego estrutural. A expansão do trabalho *part time*, as formas como o capital se utiliza da *divisão sexual do trabalho*, a ampliação do trabalho dos imigrantes, frequentemente ilegais, são outras marcas dessa processualidade potencialmente estranha e reificada (ANTUNES, 2020, p. 108).

Antunes e Alves (2004) explanam que, diante deste contexto de crise estrutural do capital, somada a medidas de cunho neoliberal, as formas desregulamentadas de trabalho ganham espaço, logo, o número de trabalhadores estáveis, bem como, as formalidades dos vínculos empregatícios, diminuem. Este fator resulta do aumento desenfreado da terceirização<sup>6</sup> e da subcontratação de trabalhadores. Diante disto, alternativas informais de trabalho ganham forças em países, sobretudo, os ditos periféricos, dada as suas condições de dependência nas dinâmicas do mercado

---

<sup>6</sup> Esse processo revela a redução de custos em decorrência da sonegação das leis do trabalho, assim como, em relação a diferença dos salários e benefícios entre os contratados e os terceirizados, sendo uma forma encontrada pelo sistema capitalista para externalizar os custos em relação aos trabalhadores/as, na medida em que eles mantêm o mesmo ritmo de produção (KREIN; TEIXEIRA, 2016).

capitalista mundializado. Realidade esta que perpassa o mundo do trabalho no Brasil e assume particularidades em virtude de nossa formação sócio-histórica a partir da qual os traços de nosso “atraso” assumem a face de nossa suposta contemporaneidade, nos termos do crescente processo de precarização e informalização do trabalho neste país.

Depreendemos que algumas questões devem ser consideradas nesta reflexão. Como já citado, as metamorfoses do capital incidem de maneira negativa sobre a classe trabalhadora, atingindo as esferas dos direitos sociais e trabalhistas até então assegurados jurídico-politicamente. Para além disto, é possível visualizar outras mudanças significativas no mundo do trabalho, tais como: o crescimento do público feminino; o aumento de atividades circunscritas à lógica economicista e de valorização do capital; o aumento da população jovem na ocupação de vínculos informais e precários, bem como de desemprego estrutural; e de sua participação no ciclo econômico, desenvolvendo formas de trabalho que, descaracterizam o sentido de direito, o que rebate de modo negativo no campo das políticas sociais (ANTUNES; ALVES, 2004).

Diante dos apontamentos tecidos, nos interessa nesse momento explicitar mais detalhadamente como essas alterações no mundo do trabalho estão se configurando na contemporaneidade. Ressaltando ainda, como ela repercute na atuação profissional dos(as) assistentes sociais, com ênfase no trabalho desenvolvido dentro da Política de Assistência Social.

## **2 REFLEXÕES SOBRE AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS**

As metamorfoses que permeiam o campo do trabalho podem ser expressas por meio de seus aspectos objetivos e subjetivos. O grande investimento do capital em tecnologias, com o intuito de aumentar a produção e a lucratividade, desemboca na elevação excessiva das taxas de desemprego, além de afetar a classe trabalhadora, na medida em que as exigências aumentam e esta não consegue dar conta do ritmo imposto pelo ordenamento desse modo de produção (ANTUNES; ALVES, 2004).

Concomitante a esse processo, como levantado por Netto e Braz (2012), as medidas que se voltam para a reestruturação produtiva<sup>7</sup> e a terceirização do trabalho se tornam mais latentes, rebatendo na diminuição das taxas de lucro para o capital e na renovação das novas formas de exploração do trabalho. Materializando, assim, via flexibilização e desregulamentação das leis e dos direitos trabalhistas e sociais. Desta feita, as relações de trabalho passam a ser caracterizadas por meio de sua curta duração de contratos, das formas de subcontratação e terceirização, também sendo expressas através do crescente desemprego, subemprego, informalidade, rotatividade e seletividade dos trabalhadores (SOUSA, 2016).

Antunes e Alves (2004) afirmam que, embora cada vez mais a venda da força de trabalho por parte da classe trabalhadora, seja permeada por consequências nefastas, por conta do processo de reestruturação produtiva e da acumulação flexível<sup>8</sup> do capital, ela jamais poderá ser eliminada, pois, é a única capaz de gerar a mais-valia, fazendo com que o capital se realize plenamente. Portanto, apesar de sofrer inúmeros impactos face às transformações no mundo do trabalho, a força de trabalho humano, ainda continua sendo primordial e central para a produção e a reprodução do capital, e, por conseguinte, para a geração do excedente econômico.

No tocante ao trabalho dos(as) assistentes sociais desenvolvido dentro da Política de Assistência Social, percebemos que essa categoria sofre diretamente com as alterações (negativas) do mundo do trabalho, face à sua condição de trabalhador(a) assalariado(a). A Gestão Trabalho prevê e assegura a participação de todos os envolvidos na Política de Assistência Social, perpassando dos conselhos, até os usuários. Entretanto, embora o exercício profissional seja assegurado legalmente, o cenário de precarização envolve o campo socioassistencial, sobretudo, face a introdução de medidas neoliberais na realidade brasileira. Diante desse cenário, as funções públicas ficam fragilizadas. O desaparecimento do Estado rebate, negativamente, no trabalho assalariado. Como apontado por Raichelis, 2011, p. 43:

---

<sup>7</sup> Na medida em que as forças produtivas se desenvolvem, há uma incorporação de tecnologias no processo produtivo, e em contrapartida, fica cada vez mais evidente a uma diminuição do trabalho vivo (NETTO; BRAZ, 2012).

<sup>8</sup> Para Netto e Braz (2012), dentro da lógica da acumulação flexível, a produção se dá para atender as necessidades do consumidor, variando conforme as determinações de mercado.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada.

A institucionalização do Serviço Social como profissão está ligada à questão social, tendo em vista que as demandas históricas construídas na era dos monopólios, exigiram enfrentamento e controle estatal, daí a necessidade da atuação da profissão junto a esse aparato, com vistas a amenizar os impactos das refrações da questão social. A consolidação da fase monopólica do capitalismo coloca em evidência as contradições burguesas e do próprio sistema, uma vez que explicitam a essência desse modo de produção fundamentada na exploração e na alienação da classe trabalhadora. Com isso, as condutas filantrópicas e assistenciais exercidas pelo Serviço Social em suas protoformas<sup>9</sup> não são suficientes. Se fez necessário uma nova postura da profissão, para que ela pudesse abarcar então, as novas demandas que começam a surgir naquele momento histórico específico (NETTO, 1996).

O Estado, no período monopólico refuncionalizou e redimensionou suas ações através de mecanismos de intervenção extraeconômicos, assegurando as condições da produção e reprodução capitalista, ao intervir, diretamente, na economia – com vistas à valorização do capital – bem como no social, via políticas e serviços sociais produzidos em face das demandas político-sociais postas pelas classes trabalhadoras. Logo, “[...] o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos da crise do capital” (NETTO, 1996, p. 22).

Ao criar as condições necessárias para a reprodução do capital, com medidas que também se voltaram para a preservação e a reprodução da classe trabalhadora, o Estado opera suas ações no sentido de fortalecer os monopólios, enquanto reduz o campo dos

---

<sup>9</sup> Em suas protoformas, as ações profissionais foram orientadas conforme os fundamentos da Doutrina Social da Igreja Católica, na busca pela recristianização do indivíduo, através do ajustamento dele ao meio social, restaurando assim, os bons costumes e a moral, para que ele pudesse apresentar um bom comportamento perante as normas da sociedade - conservadora (IAMAMOTO, 2004).

direitos e garantias de organização e participação política desse segmento, na medida em que suas ações se direcionava, sobretudo, com vistas a garantir a hegemonia do capital. Parece inadequado em face do que põe depois), refuncionalizando, assim, as suas demandas em detrimento da maximização dos lucros. Portanto, enuncia Netto (1996, p. 25):

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar a legitimação da política através do jogo democrático, é permeável às demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz em dimanar em toda a sua ordem societária”.

O supracitado autor lança aportes teóricos para que entendamos os fundamentos da materialização das políticas sociais, pois, “[...] através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica” (NETTO, 1996, p.26), revelando assim, o seu caráter duplo. Nesse sentido, ele coloca em evidência, quais os fundamentos das políticas sociais no sistema capitalista, em que de um lado, são utilizadas como mecanismos de intervenção direta e indireta na economia; e, por outro, são gestadas a fim de conservar e controlar a força de trabalho, que é essencial para o capital.

As mudanças ocorridas em face da implementação do capitalismo monopolista exigem uma reorganização da sociedade, e é dentro desse meio que o Serviço Social se tornou necessário. Ao comportar agentes que atuam na operacionalização das políticas sociais, a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho, institucionalizando-se ou seja:

[...] o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem nas atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos, são determinados para além de seu controle” (NETTO, 1996, p. 69).

O Serviço Social, dessa forma, direcionou suas ações profissionais para o controle e a reprodução da força de trabalho. Atuava, diretamente, no subsídio de demandas



para a elite dominante, e, indiretamente na garantia de uma força de trabalho apta e viva para a exploração por parte do capital, exercendo ações para oportunizar a reprodução econômica desse sistema (NETTO, 1996).

Conforme tratado por Netto (1996), as ações executadas pelos assistentes sociais são ditadas conforme as instituições empregadoras, sejam elas de caráter público ou privado. Dessa forma, embora as funções que lhes sejam determinadas considerem em primeira instância as necessidades ou demandas sociais, elas ainda assim, obedecem à lógica do capital. Esse quadro revela, portanto, a dimensão da autonomia relativa do Serviço Social enquanto profissão liberal, pois ao comportarem a classe trabalhadora, na medida em que tem profissionais que vendem a sua força de trabalho, também sujeitam as suas ações às relações de poder que se estabelecem no cotidiano.

Na obra *O Privilégio da Servidão* (2020), Ricardo Antunes, lança bases para compreender as mutações das condições de trabalho e da organização dos trabalhadores na era digital do capital. O século XXI configura-se em palco de profundas mudanças em face da implementação do processo de reestruturação produtiva global, que altera, significativamente, as formas de produção e de apropriação do capital. Junto a isso, o mundo do trabalho também passa por alterações, em decorrência da sua nova morfologia, em curso. As novas relações de trabalho, que se estabelecem, são pautadas, sobretudo, na precarização<sup>10</sup> e terceirização da classe trabalhadora.

O trabalho pode auxiliar na compreensão da vida em sociedade, uma vez que nos dá bases para decifrar as formas de sociabilidades expressas em nosso cotidiano. As mudanças face a globalização do capital alteram as relações sociais. Se antes, o trabalho era entendido como uma categoria que compunha a vida do indivíduo na sociedade, com vistas a sanar as suas necessidades, diante de tais mudanças, ele assume caráter essencial para a nossa própria sobrevivência. Percebemos que, nesse tipo de sociedade – capitalista – o trabalho está subjugado aos ditames do capital, uma vez que as ações são orientadas para a produção e para a reprodução desse modelo socioeconômico (ANTUNES, 2020).

Segundo Antunes (2020), a classe trabalhadora ganha um novo formato na contemporaneidade. A nova morfologia desse segmento, na era digital, engloba

---

<sup>10</sup> Para Antunes (2020), esse processo explicita bem o desmonte na legislação social protetora do trabalho, o que impacta, direta e negativamente, a esfera dos direitos sociais assegurados à classe trabalhadora.

trabalhadores e trabalhadores que vendem a sua força de trabalho das mais variadas formas, ainda que essas atividades sejam ou não regulamentadas. Traz à tona, portanto, outra característica das relações de trabalho no século XXI: a flexibilização.

Todas as alterações retratadas anteriormente reverberam, de maneira direta, no campo social, fragilizando, assim, as ações e funções públicas desenvolvidas., ao rebater também, negativamente, no trabalho assalariado. Como apontado por Raichelis, 2011, p. 43:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada.

Raichelis (2011) também sinaliza que as novas formas de precarização que circundam e se objetivam no campo do trabalho rebatem de maneira concisa na informalização das relações contratuais. Com a adequação das relações de trabalho aos parâmetros de acumulação flexível do capital, impostos pelo processo de reestruturação produtiva, as formas de subcontratação e/ou o estabelecimento de contratos temporários se tornam cada vez mais comuns. O que gera, portanto, uma grande rotatividade de trabalhadores/as nos cargos, e por consequência, uma “quebra” no trabalho profissional desenvolvido dentro das políticas públicas.

A prática profissional de assistentes sociais exige a compreensão das dimensões micro e macrossociais para a leitura e interpretação da realidade na qual se insere. Logo, o movimento de execução das ações profissionais perpassa três aspectos: estrutura, conjuntura e cotidiano, a considerar a compreensão da formação sócio-histórica de cada sociedade e a apreensão das tessituras que se apresentam na vida social (MARTINELLI, 2006).

O conhecimento, fundamental para o deciframento da realidade social, possibilita identificar que as demandas, os seus fundamentos e as ações profissionais são determinadas com uma finalidade (telos). Se tomarmos por base o projeto ético-

político profissional<sup>11</sup> percebemos que essas ações implicam na possibilidade de firmar alianças com a classe trabalhadora, vislumbrando, sobretudo, a emancipação desse segmento, a partir da compreensão que ele é composto por sujeitos sociais e detentores de direitos (GUERRA, 2007).

Para Guerra (1995), estas respostas são pautadas na subjetividade profissional, através da articulação do projeto ético-político do Serviço Social com o projeto societário, expressando as habilidades e as competências profissionais. Entretanto, tendo em vista que as bases que regem o modo de produção capitalista são fundamentadas, sobretudo, na superexploração do homem pelo homem, o Projeto Ético-Político do Serviço Social acaba apresentando aversão em relação ao projeto do capital, fato este que põe em xeque a sua materialização.

Dessa forma, se de um lado, o contexto neoliberal faz com que a categoria profissional de assistentes sociais inseridos nas políticas públicas se submeta à lógica do capital, por outro, possibilita com que esse segmento construa alianças estratégicas com os movimentos sociais e segmentos da sociedade civil brasileiras mobilizados na perspectiva da garantia de direitos. Ao se comprometerem com as causas sociais, na medida em que vislumbram uma sociedade emancipada, livre de todo o tipo de exploração (PEREIRA, 2013).

Sabemos que, em tempos de agudização da crise do capital e do avanço do viés conservador, a organização política da classe trabalhadora é diretamente afetada, tendo em vista a crescente criminalização das lutas sociais. Nesse contexto, cada vez mais se torna necessário assegurar direitos sociais e manter a organização enquanto classe social trabalhadora, mesmo diante dos desafios e tensionamentos provocados, constantemente, pelo sistema capitalista.

---

<sup>11</sup> De acordo com Pinheiro (2015), o Projeto Ético-Político Profissional é fundamental para a intervenção de assistentes sociais no cotidiano. Ele fundamenta a formação crítica e reflexiva da categoria profissional, na medida em que instiga constantemente a produção de conhecimento que auxiliam no exercício profissional. Além disso, também permite a aproximação de assistentes sociais com instâncias político-organizativas, fazendo com que as participações desses profissionais em espaços democráticos de construções coletivas sejam possibilitadas. Entretanto, o referido autor ainda chama a nossa atenção para um aspecto fundamental nessa discussão, o fato do projeto do projeto que norteia a profissão, ser permeado por tensões, contradições e divergências.

### 3 CONCLUSÃO

Conforme enunciado, o exercício profissional de assistentes sociais se faz necessário no bojo das relações sociais capitalistas, em sua fase monopólica, atuando com a finalidade de amenizar os impactos da relação entre o capital e o trabalho. É interessante ressaltar que a profissão se materializa em uma realidade social perpassada por uma totalidade composta por diversas dimensões que, ao se articularem entre si, compõem um ramo específico da divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização que precisa responder a um conjunto de necessidades sociais. Necessidades que podem ser viabilizadas por outras profissões, mas que também precisam da atuação direta do Serviço Social (GUERRA, 2007).

Para Guerra (2007), a profissão possui um conjunto de atribuições e competências que, historicamente, foram se formulando com base nos espaços sócio ocupacionais de atuação, sendo então gestadas, conforme a realidade social em que se inseriam e eram materializadas. Nessa linha de pensamento, a autora ainda sinaliza que o contexto no qual todas essas questões são objetivadas é permeado por relações sociais tensas e conflituosas, formuladas a partir de interesses de classes contraditórias.

O trabalho profissional do Serviço Social é dotado de elementos políticos no âmbito de sua intervenção. Contudo, devemos ter em mente que, essa relação entre assistentes sociais e classe trabalhadora não se dá de forma direta, sendo então, mediada conforme o Estado intervém na questão social, se materializando via políticas públicas e sociais.

A instrumentalidade (Nota completa – qual instrumentalidade// racionalidade) se volta para explicitar a capacidade que a profissão tem de rever e identificar seus componentes – com base naquilo em que ela está comprometida – e de conseguir alcançar, de fato, seus objetivos, a partir da escolha exata do que fazer, e, com base na mobilização de suas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Ressaltamos ainda, que compreender a instrumentalidade, implica apreender as contradições que se materializam no interior da profissão. E que giram em torno da teleologia e da causalidade, na qual, a primeira se volta para a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho; e a segunda se destina em explicitar

a capacidade reflexiva dessa categoria profissional no que tange a busca por respostas frente às complexas demandas que lhe são postas (GUERRA, 1995).

Ao tecer explicações sobre a categoria instrumentalidade, podemos depreender que essa tem um campo multifacetado por pré-conceitos, uma vez que se expressa com base na criticidade profissional. Nesse sentido, a instrumentalidade se volta para o processo capaz de construir respostas profissionais frente às expressões da questão social que se materializam no cotidiano, sobretudo, aquelas voltadas para a viabilização das políticas sociais, afirmando o comprometimento profissional junto aos seus usuários, e com/enquanto a classe trabalhadora (VALE et al., 2018).

Diante do que apresentamos, afirmamos que as ações profissionais de assistentes sociais devem ultrapassar os limites que se colocam em seu cotidiano, com vistas a emancipação dos usuários, enquanto sujeitos sociais e detentores de direitos. Compromisso esse que motiva o trabalho, mesmo diante dos retrocessos e da falta de recursos cada vez mais constantes na realidade brasileira das políticas públicas sociais. Dessa forma, reiteramos que, embora sejam reconhecidos os limites institucionais nesse contexto, o trabalho profissional dos assistentes sociais exige reflexividade constante, de modo a atuar em consonância com o projeto ético-político da profissão, no assumir cotidiano do compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com um projeto societário radicalmente diverso do modo de vida capitalismo. A exigir rigor teórico-metodológico, no caso da perspectiva histórico-crítica, de maneira a prezar pela qualidade dos serviços sociais garantidos no seu exercício profissional, na contribuição efetiva para a materialização de direitos sociais, apesar de nos defrontarmos com limites institucionais, conjunturais e estruturais, em especial, aqueles relativos aos processos de precarização das condições de trabalho às quais estamos submetidos na condição de trabalhadores (as) assalariados (as) que, todavia, mantém relativa autonomia nos diversos espaços sócio profissionais nos quais atuamos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_; ALVES, G. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BEHRING, E. R. Sobre o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. In: CRESS. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**. Revista Conexão Geraes. Minas Gerais, 2013. p. 11-15.

BEZERRA, L. M. P. S. **Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA São Luís, 2011.

GUERRA, Y. A. D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte: CRESS, 2007.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: **SER social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./ dez. 2013.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. Terceirização e relações de trabalho. **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, n. 6, p. 9-23. 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 638-651. out/dez. 2013.

PEREIRA, V. S. **Gestão de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil: particularidades e desafios**. Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Brasília, 2013.

PINHEIRO, P. W. M. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 15, n.29, jan./jun. 2015.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 107, jul/set. 2011, p. 420-437.

SOUSA, F. J. P. Precariedade no mercado de trabalho, proteção social e mobilidade de trabalhadores: implicações inquietantes do neoliberalismo na América Latina.

**Mercado de trabalho:** qualificação, emprego e políticas sociais. Fortaleza: IDT, 2016.

SOUZA, JESSÉ. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALE, E. S.; SOUSA, R. B.; CAMELO, R. A. **Trabalho e instrumentalidade do serviço social.** Fortaleza: EdUECE, 2018.